

# Cronologia do Euro

Pedro Courela\*

*Desde o fim do império romano que a Europa ocidental não tinha um moeda única. Foram muitas as tentativas, e na Idade Média a Libra funcionou como unidade de conta universal, como moeda contabilística à imagem do Euro durante os últimos dois anos. Mas onde Napoleão e Hitler falharam, com o Franco e o Marco impostos pela força, a UE foi bem sucedida.*

1979

Margo – Criação do Sistema Monetário Europeu (SME) com o objectivo de criar uma zona de estabilidade monetária na Europa. As suas duas principais componentes são a Unidade Monetária Europeia (ECU) e o Mecanismo de Taxa de Câmbio (MTC).

1986

Janeiro – Adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Europeia

Fevereiro – Assinatura, no Luxemburgo, do Acto Único Europeu, que estabelece a criação progressiva do mercado único europeu

1988

Junho – Decisão dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Europeia, reunidos em Hanóver, de criar um Comité para estudar e apresentar as medidas necessárias para a união monetária.

1989

Dezembro – Aprovação pelo Conselho Europeu de Madrid do relatório do Comité para a União Económica e Monetária

(também conhecido por Relatório Delors) que apresenta a estratégia para a criação gradualista (em três etapas) da moeda única europeia

1990

Julho – Liberalização dos controlos ao movimento de capitais no espaço comunitário

1992

Abril – Adesão do escudo ao SME

Setembro – Após sofrer bruscas depreciações, a libra esterlina abandona o MTC

1994

Janeiro – Criação do Instituto Monetário Europeu, embrião do



*A contagem final para o Euro...*

1991

Dezembro – Adopção, pelo Conselho Europeu reunido em Maastricht, do Tratado da União Europeia, que estabelece as condições para a implementação da União Económica e Monetária (UEM)

futuro Banco Central Europeu. Início da segunda fase da UEM

1995

Dezembro – Aprovação, no Conselho Europeu de Madrid, da designação “Euro” para a moeda

\* IEEI

única europeia. Confirmação de 1999 como a data para o arranque da terceira fase da UEM

### 1996

Dezembro – Aprovação, pelos líderes da UE reunidos em Dublin, do novo mecanismo de taxas de câmbio

### 1998

Março – Publicação do relatório da Comissão Europeia propondo a participação de onze Estados membros na área do Euro a partir de 1 de Janeiro de 1999.

Maio – Decisão dos Chefes de Estado e de Governo europeus quanto aos onze países em condições de passar à terceira fase da UEM. *Portugal é um dos onze países fundadores do Euro.* A Dinamarca e Reino Unido fizeram uso das suas opções de não participação e a Grécia e a Suécia não cumpriram as condições para integrar o grupo fundador.

Junho – Criação do Banco Central Europeu, com sede em Frankfurt, Alemanha

### 1999

Janeiro – Início da terceira fase da UEM. As taxas de câmbio dos 11

membros fundadores do Euro são fixadas irrevogavelmente e é estabelecida uma política monetária única para os Euro-11.

### 2001

Janeiro – Adesão da Grécia à moeda única, tornado-se o 12º país a adoptar o Euro

### 2002

Janeiro – Introdução física do Euro nos doze Estados membros da UEM

Fevereiro – As notas e moedas nacionais são completamente retiradas de circulação

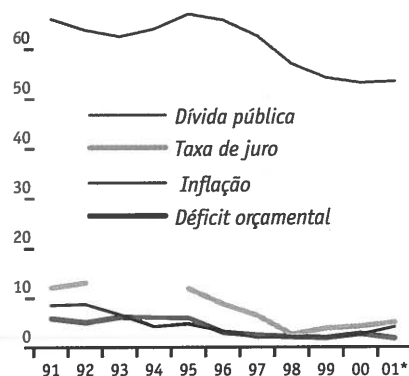
## Portugal e os critérios de convergência

A inclusão de Portugal no grupo dos países fundadores do Euro constituiu uma relativa surpresa para os analistas nacionais e internacionais, bem como para grande parte da classe política, especialmente tendo em conta os dados macro-económicos do país em meados dos anos noventa.

Em 1995, a inflação era cerca de 5%, a taxa de juro de longa duração era de cerca de 12%, a dívida e o déficit públicos representavam respectivamente 67% e 6% do Produto Interno Bruto, ou seja, todos os indicadores estavam claramente acima dos valores estabelecidos nos Tratados como condição de adesão à moeda única. Apesar de estes valores não permitirem a Portugal passar à terceira fase da UEM, eles evidenciavam já uma tendência para a convergência que se fazia sentir desde o início dos anos noventa (ver gráfico), mas que se acelerou entre 1995 e 1997. Neste período, a inflação desceu quase 3% (para 2,2% em finais de 1997), as taxas de juro baixaram 6,5%, a dívida e o déficit públicos desceram, respectivamente 3,9% e 3,2%.

No período posterior ao parecer favorável da Comissão Europeia quanto à capacidade de Portugal adoptar o Euro desde o início – ou seja, após 1998 – nota-se uma clara dificuldade em manter os valores de 1997, nomeadamente no que diz respeito à taxa de inflação: em finais de 2000, esta atingia já os 2,8% e os valores estimados para 2001 atingem os 4.3 pontos percentuais.

Evolução dos critérios de convergência em Portugal



	Inflação	Taxa de juro	Déficit orçamental	Dívida pública
1991	8.7	12.2	6	66
1992	8.9	13.2	5.2	63.8
1993	6.8	n.d.	6,3	62.5
1994	4,4	n.d.	6,1	64
1995	4,9	12	6	67
1996	3.5	8.9	3,2	65.8
1997	2.2	6.6	2,6	62,6
1998	2.4	2.8	2.3	57
1999	2.2	4	2.1	54,2
2000	2.8	4.4	2.9	53.2
2001*	4.3	5,2	2	53.5

Fonte: Banco de Portugal e Comissão Europeia \*estimativa